



Av. Presidente Vargas, 800 - Belém (Pa) - Companhia Aberta - Carta Patente: 3.369/00001 - CNPJ: 04.902.979/0001-44

Ministério da Fazenda



#### Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

#### Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação a eventos ou condições que possam

levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe uma incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do semestre corrente e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Belém, 11 de agosto de 2017.

KPMG Auditores Independentes Marcelo Faria Pereira  
CRC SP-014428/O-6 F-DF Contador CRC RJ-077911/O-2

**Conselho de Administração:** Carlos Augusto Moreira Araújo - Presidente. Marivaldo Gonçalves de Melo - Conselheiro. Ivandré Montiel da Silva - Conselheiro. Fábio Ribeiro Servo - Conselheiro. Wilson Carvalho da Silva Júnior - Conselheiro. **Conselho Fiscal:** Rogério Gabriel Nogueira de Lima - Presidente. Rogério Campos - Conselheiro. André Luiz Gonçalves Garcia - Conselheiro. **Diretoria Executiva:** Marivaldo Gonçalves de Melo - Presidente. Valdecir José de Souza Tose - Diretor. Luis Petronio Nunes Aguiar - Diretor. Luiz Otávio Monteiro Maciel Júnior - Diretor. Luiz Cláudio Teixeira Sampaio - Diretor. **Comitê de Auditoria:** Wagner Ormanes - Presidente. Carlito Silvério Ludwig - Membro. Clenio Severio Teribebe - Membro. **Contador:** Maria de Belém Silva Cotta - CRC-PA 007217/0

Protocolo: 217163

## JARI CELULOSE, PAPEL E EMBALAGENS S/A

CNPJ nº 04.815.734.0001/80

Relatório da Administração

Senhores Acionistas: Atendendo às disposições legais, a administração da **Jari Celulose, Papel e Embalagens S/A** apresenta as suas demonstrações financeiras resumidas referentes ao exercício de 2016. O relatório da administração, notas explicativas e parecer de auditores independentes encontram-se à disposição na sede da empresa. Pará, 07 de Agosto de 2017. **A Administração.**

Ativo	Controladora		Consolidado		Passivo e Patrim. Líquido	Controladora		Consolidado		Demonstrações do Resultado dos Exercícios Fintos em 31 de Dezembro (Em milhares de R\$)				
	2016	2015	2016	2015		2016	2015	2016	2015	Controladora	Consolidado	2016	2015	2016
<b>Circulante</b>	202.471	191.432	199.682	206.526	<b>Circulante</b>	711.508	565.602	716.495	572.172	Rec. Líq. Vendas	494.093	305.594	524.927	320.140
<b>Não Circulante</b>	141.379	126.362	166.918	156.962	<b>Não Circulante</b>	1.495.097	1.662.202	1.447.565	1.605.322	Custo prods. vend.	(496.707)	(351.549)	(529.190)	(385.684)
Investimentos	65.295	96.004	-	-	Patrim. Líquido	859.814	980.205	859.814	980.205	Var. do valor justo dos ativos biológicos	19.804	98.320	19.804	98.320
Imobiliz. líquido	1.811.515	1.935.049	1.811.515	1.935.049	Capital social	1.162.086	1.162.086	1.162.086	1.162.086	<b>Lucro (Prej.) Bruto</b>	<b>17.190</b>	<b>52.365</b>	<b>15.541</b>	<b>32.776</b>
Ativos biológicos	845.759	859.162	845.759	859.162	Res. de capital	6.529	6.529	6.529	6.529	(Despesas) Receitas Operacionais				
	2.722.569	2.890.215	2.657.274	2.794.211	Ajuste de aval. patrimonial	623.520	651.755	623.520	651.755	Gerais, vendas, admin. e fábrica em transformação	(49.871)	(127.234)	(60.521)	(133.509)
<b>Total do Ativo</b>	<b>3.066.419</b>	<b>3.208.009</b>	<b>3.023.874</b>	<b>3.157.699</b>	Prej. acumulados	(932.321)	(840.165)	(932.321)	(840.165)	Outras rec. líquidas	(21.937)	4.445	(21.937)	4.393
					Particip. dos não controladores						(71.808)	(122.789)	(82.458)	(129.116)
					<b>Total do Passivo</b>	<b>3.066.419</b>	<b>3.208.009</b>	<b>3.023.874</b>	<b>3.157.699</b>	<b>Prejuízo Oper. antes Part. Soc. e Res. Financeiro</b>	<b>(54.618)</b>	<b>(70.424)</b>	<b>(66.917)</b>	<b>(96.340)</b>

#### Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido (Em milhares de R\$)

Em 1º/01/2014	Capital Social	Res. de Capital	Aj./Aval. Patrim. Líquido	Lucros (Prej.) acum.	Total	Part. dos não Control.	Total do Patr. Líq.
		1.162.086	6.529	275.545	(340.463)	1.103.697	(1.197)
Ajuste de exerc. anter. - retif. de erro	-	-	470.106	71.074	541.180	-	541.180
<b>Saldo de abertura ajustado</b>	<b>1.162.086</b>	<b>6.529</b>	<b>745.651</b>	<b>(269.389)</b>	<b>1.644.877</b>	<b>(1.197)</b>	<b>1.643.680</b>
Alienação na venda de empresa controlada	-	-	-	-	-	1.199	1.199
Realiz. do ajuste de avaliação patrimonial	-	-	(64.320)	64.320	-	-	-
Prejuízo líquido do exercício	-	-	-	(244.183)	(244.183)	(2)	(244.185)
<b>Em 31/12/2014 (reapresentado)</b>	<b>1.162.086</b>	<b>6.529</b>	<b>681.331</b>	<b>(449.252)</b>	<b>1.400.694</b>	<b>-</b>	<b>1.400.694</b>
Realiz. do ajuste de avaliação patrimonial	-	-	(29.576)	29.576	-	-	-
Prejuízo líquido do exercício	-	-	-	(420.489)	(420.489)	-	(420.489)
<b>Em 31/12/2015</b>	<b>1.162.086</b>	<b>6.529</b>	<b>651.755</b>	<b>(840.165)</b>	<b>980.205</b>	<b>-</b>	<b>980.205</b>
Realiz. do ajuste de avaliação patrimonial	-	-	(28.235)	28.235	-	-	-
Prejuízo líquido do exercício	-	-	-	(120.391)	(120.391)	-	(120.391)
<b>Em 31/12/2016</b>	<b>1.162.086</b>	<b>6.529</b>	<b>623.520</b>	<b>(932.321)</b>	<b>859.814</b>	<b>-</b>	<b>859.814</b>

#### Demonstrações dos Fluxos de Caixa dos Exercícios Fintos em 31 de Dezembro (Em milhares de R\$)

Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais	Controladora		Consolidado		Caixa líq. gerado pelas atividades operacionais	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015		2016	2015	2016	2015
Prejuízo antes do Imp. de Renda e Contribuição Social	(131.654)	(408.549)	(131.654)	(408.549)	<b>50.746</b>	<b>(5.701)</b>	<b>43.779</b>	<b>18.476</b>	
Ajustes	92.020	(40.416)	61.311	(27.754)	Caixa Líq. aplicado nas atividades de investimentos	(31.786)	(98.236)	(31.786)	(98.236)
	(39.634)	(448.965)	(70.343)	(436.303)	Caixa Líq. gerado das atividades de financiamentos	(72.427)	36.262	(58.018)	5.709
Varições nos ativos e passivos	19.529	90.460	43.271	101.975	<b>Aumento (redução) de caixa e equiv. de caixa</b>	<b>(53.467)</b>	<b>(67.675)</b>	<b>(46.025)</b>	<b>(74.051)</b>
<b>Caixa proveniente das operações</b>	<b>111.549</b>	<b>50.044</b>	<b>104.582</b>	<b>74.221</b>	<b>Caixa e equiv. de caixa no início do exercício</b>	<b>72.369</b>	<b>140.044</b>	<b>72.460</b>	<b>146.511</b>
Juros pagos sobre financiamentos	(60.803)	(55.745)	(60.803)	(55.745)	<b>Caixa e equiv. de caixa no final do exercício</b>	<b>18.902</b>	<b>72.369</b>	<b>26.435</b>	<b>72.460</b>

Sergio Antonio Garcia Amoroso  
Presidente

Jorge Francisco Henriques  
Vice-presidente

Diretoria  
João Antonio Prestes  
Diretor

Dino Angelo Ranzani  
Diretor

Flavio Quindelher de Britto  
Contador CRC 1SP 259.882/O-8

Protocolo: 217162